TERRITÓRIO-REDE: INFLUÊNCIA DO TEMPO DAS COEXISTÊNCIAS

Sandra Lúcia VIDEIRA¹

Resumo

Os debates acerca dos conceitos de território e rede se pulverizam em diferentes áreas do saber e possuem amplo debate dentro da própria ciência Geográfica. Assim, este artigo pretende trazer à discussão desses conceitos um breve olhar sobre o tempo, entendido enquanto instância cumulativa de ações que densificam o território, dando-lhe, portanto, configuração e grafando suas marcas. A historicidade dessas malhas é fruto de um acontecer temporal e espacial, é fruto de um tempo de coexistências.

Palavras-chave: território; redes; tempo.

Abstract

Territory- network: time influence of the coexistences

Debates concerning the concepts of territory and network have been spread in different areas of knowledge, as well as in the geographical science area. Therefore, this article intends to bring up the discussion of these concepts concerning the time, while a cumulative factor of actions that makes the territory dense, therefore, leading to its configuration and registering its marks. The historicity of these meshes is the result of a temporal and spatial event; it is the time result of coexistences.

Key words: territory; Networks; time.

¹ Professora do Departamento de Geografia junto à Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO – Guarapuava-PR. Doutoranda em Geografia junto à UNESP – Presidente Prudente. Endereço: Rua Abel Alves Loures, 53 - Bonsucesso - Guarapuava-PR – CEP 85045-030. E-mail: slvideira@yahoo.com.br

O tempo é a base indispensável para o entendimento do espaço. Se as ações sobre um conjunto de objetos se dessem segundo tempos iguais não haveria história; o mundo seria imóvel. Mas o mundo é móvel, em transformação permanente – formando uma totalidade em processo de mudança para surgir amanhã como uma nova totalidade (SANTOS, 1997, p. 166).

O TEMPO NA GEOGRAFIA

A discussão do tempo na Geografia perpassa por várias interpretações, e essas são buscadas junto a outras ciências, como a História. Nesse sentido, buscamos entender como se insere essa discussão na Geografia e quais as suas implicações.

Vasconcelos (1999) nos ajuda nessa empreitada ao levantar várias obras que se debruçam sobre a questão do tempo na Geografia, embora seu objetivo consista na análise do tempo para o entendimento da cidade. Procuramos sintetizar por décadas as contribuições das referências feitas pelo autor supra citado, vale salientar que estas décadas condizem com as publicações originais dos autores.

Na década de 1950, o trabalho de Richard Hartshorne, “*Perspectives on the Nature of Geography*” publicado em 1959, e traduzido para o português em 1978 (*apud* VASCONCELOS, 1999), se destaca pela preocupação em limitar a fronteira da Geografia com a História, para não ser acusado de estar trabalhando fora dos domínios da Geografia. Nesse sentido, “o tempo estaria implícito em quatro maneiras: 1) no presente; 2) nas variações, nas flutuações e nas mudanças cumulativas; 3) nas relações estabelecidas no passado e, 4) na origem dos aspectos individuais de uma área (estudos genéticos)”. Estas se sintetizariam numa Geografia Histórica responsável pelo estudo mutável das áreas através do tempo.

Na década de 1960, destacam-se as contribuições de Pierre George (1966) e David Harvey (1969), ambas *apud* Vasconcelos (1999).

O primeiro, George, apresenta quatro aspectos do tempo: 1) o tempo descontínuo: aquele que seria interrompido por algum evento (guerras, desastres naturais) interrompendo o processo de desenvolvimento; 2) o tempo cíclico: das variações periódicas, como as climáticas ou as migrações sazonais; 3) o tempo técnico: quando a atividade humana se sobrepõe ao ritmo da natureza; 4) tempo objetivo e tempo subjetivo: as transformações do meio geográfico modificam a qualidade do tempo objetivo, implicando também em mudanças no tempo subjetivo. Ao tentar delimitar os limites disciplinares, George acaba enfatizando mais uma visão sociológica que histórica do tempo. Em seu Dicionário da Geografia, o termo tempo é apresentado apenas como o tempo da meteorologia.

O segundo, Harvey, com uma grande influência das teorias evolucionista de Darwin, advertia contra a busca genética para analisar os fatos, era contra o historicismo. Destacava que a essência dos fatos podia ser compreendida inteiramente examinando seu desenvolvimento. Defendia, assim, uma concepção de tempo pautada no entendimento da realidade enquanto processo, buscando subsídio no evolucionismo. Essa posição é sustentada por Harvey, como afirma Vasconcelos (1999), em virtude do momento que a Geografia vivia, a qual tenta se convalidar enquanto disciplina científica, com o emblema da Geografia Quantitativa.

A década de 1970 é marcada por quatro contribuições, todas *apud* Vasconcelos (1999). A primeira de Olivier Dolfuss (1973), em que destaca a contribuição da Histó-

ria para a análise do espaço, sugerindo a incorporação da noção do tempo enquanto duração, deixando evidente a influência de Fernand Braudel. Dolfuss conclui suas reflexões afirmando que em Geografia a história nunca é repetitiva, mas cumulativa e evolutiva. A segunda, de Yves Lacoste (1973), que embora referenciado em Vasconcellos (1999), não deixa grande contribuição nos debates sobre o tempo na Geografia, apenas faz menção ao enfoque dado pela mesma, ao tratar dos diferentes tempos dos historiadores em detrimento da manifestação de diferentes espaços. Essa ausência de debate sobre o tempo na sua obra, pode ser justificada pela carência epistemológica que o mesmo diz que a Geografia apresenta, e que coincide com a fase de novos olhares sobre a ciência geográfica, com a corrente da Geografia Crítica.

A terceira, de Yi-fu Tuan (1983), também deixa sua marca no debate, embora com uma perspectiva um tanto diferente dos outros autores, enfatiza o tempo enquanto movimento e, por isso, incidente na experiência pessoal de cada indivíduo. E, por fim, outra contribuição salutar da década é a de Milton Santos (1978), o qual vai inaugurar a corrente crítica no Brasil, afirmando que o trato do tempo feito pela Geografia Histórica e Geografia Retrospectiva, de até então, teria ficado restrito a uma apresentação dos problemas, além de não ter apresentado um conceito de tempo social para dar resposta a difusão das inovações no território. Nesse sentido, defendia a necessidade do enfoque espacial e temporal estarem juntos. O tempo deveria ser instrumento de medida, conceito relativo e concreto, capaz de revelar a produção/apropriação diferenciada do espaço ao longo do tempo, já que o espaço é resultado de superposições de sistemas históricos anteriores.

Na década seguinte, 1980, Vasconcellos (1999) ressalta os trabalhos de Harold Carter (1987) em que, embora não tenha dedicado as questões teóricas do tempo, nos deixou algumas questões interessantes, como a distinção entre a História Urbana e a Geografia Histórica Urbana. Para o mesmo, a História Urbana relaciona-se com as localizações e, portanto, torna-se geográfica, e os estudos geográficos têm uma dimensão temporal e portanto históricos, logo ambas disciplinas se superpõem. Paul Claval (1984) também não deixa uma contribuição específica para a temática, devido seu trabalho estar voltado para a retomada da Geografia Histórica na França e sua disseminação nos EUA, nesse sentido, o tempo para a Geografia Histórica que concebe, giraria em torno de investigar o passado para descobrir as raízes das estruturas espaciais presentes. Milton Santos (1985) retorna nesta década com sua contribuição à dimensão temporal do ponto de vista dos sistemas espaciais do Terceiro Mundo. Nesse momento, este autor, ao discutir o conceito de processo enquanto uma ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado qualquer, destaca o conceito tempo, tendo em vista as mudanças não se darem sob formas novas, mas sim sob formas pré-existentes. David Harvey (1993) é outro geógrafo que volta à cena da discussão, agora preocupado em desvendar as transformações mundiais recentes, mais especificamente o movimento Pós-Modernista. Discute o conceito de “compressão do tempo-espaço” como resultado de processos que revolucionam as qualidades objetivas tanto do tempo como do espaço, alterando o modo como representamos o mundo.

E por fim, na década de 1990, várias contribuições se destacam, Vasconcelos (1999) elenca: Antoine Bailly (1991), que aborda um ramo da Geografia, o qual denomina Cronogeografia, que se preocupa em analisar as práticas sociais no tempo. Como subsídio para sua análise, usa o conceito de duração, entendido enquanto a persistência de um evento, e o conceito de tempo social, como o tempo convencional das sociedades, com fonte em Braudel. Essa é a breve contribuição à discussão do tempo desse geógrafo, que em outras obras suas nessa mesma década, não dá a devida importância ao tempo, pois não o considera como um conceito fundamental para a Geografia. Alisdair Rogers (1994), ao contrário do geógrafo anterior, dá gran-

de ênfase ao tempo, pois o considera como de extrema importância para a Geografia. O mesmo apresenta duas questões interessantes, uma que alerta para os modelos de periodizações que devem ser vistos mais como hipóteses do que fato, e outra, que chama atenção à necessidade de trabalhar o espaço e o tempo conjuntamente, pois é a possibilidade de um entendimento melhor da realidade. Marie-Vic Ozouf-Marignier (1993), num primeiro momento, esforça-se para examinar a evolução da Geografia Histórica, vendo-a como uma ciência auxiliar da História, possível de localizar os fatos históricos, nesse sentido, o tempo e o espaço não merecem muita atenção, já que sua preocupação se volta à delimitação das fronteiras disciplinares. Para Roger Brunet (1997), o tempo tem raiz indo-européia e significa divisão, nesse sentido examina o tempo sob três aspectos: 1) situação meteorológica, 2) como duração (meio abstrato, mas mensurável), 3) como estabilidade relativa dos fenômenos geográficos.

Dentre outros trabalhos da década, merece destaque ainda o de Christian Grataloup (1995) que se preocupou em examinar a produção teórica das outras disciplinas, avançando, assim, na discussão da noção de temporalidade; para ele, os próprios historiadores teriam negligenciado o estudo do tempo, enfocando a História apenas como o estudo do passado. Ainda, afirma que as permanências e as transformações da sociedade são resultados da ação de várias estruturas temporais. Por fim, repetindo-se pela terceira década, Vasconcelos (1999) apresenta as novas contribuições de Milton Santos (1997) como o conceito de "tempo-universal", consistindo num instrumento de medida hegemônico, que comandaria o tempo dos outros, logo produzindo temporalidades heterogêneas. Tentando politizar a noção de tempo e enriquecer a discussão sobre o mesmo, sugere que o tempo pode ser trabalhado segundo 2 eixos: 1) eixo das sucessões de fenômenos (tempo histórico), 2) eixo das coexistências e simultaneidades (tempo concreto). Finalizando as contribuições dessa década, Milton propõe relação entre as periodizações e as escalas geográficas, pois os eventos vão se manifestar e se concretizar de forma diferente no território em virtude de temporalidades também diferentes.

Diante desse tecer de visões, de diferentes geógrafos, podemos sintetizar essas contribuições à cerca do tempo, tal qual fez Vasconcelos (1999), em três grupos: um que pretendia examinar os limites disciplinares entre Geografia e História, outro, que se preocupava com as questões metodológicas e, outro ainda, com a questão conceitual.

Desse apanhado, podemos perceber que, dos geógrafos analisados, foi Milton Santos que mais contribuiu para as reflexões do tempo na Geografia, apontando uma questão, que a nosso ver, fundamenta e justifica a importância de se considerar o tempo na análise geográfica. Diz respeito à espessura de ações ocorridas em tempos diferentes, e que se concretizam em dado território, dando assim sua essência.

Santos (1997, p.164), ao discutir a dimensão histórica-temporal na Geografia, sugere duas abordagens, uma que considera o tempo das sucessões em que os fatos vão acontecendo numa seqüência, evidenciando a existência de um ontem e de um hoje; e outra que é o tempo das coexistências, da simultaneidade. O tempo das diversas ações e dos diversos agentes não é o mesmo, pois não há espaço em que o uso do tempo seja o mesmo para todos os indivíduos. É esse tempo que a Geografia deve tomar como preocupação, já que "o espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo".

Nesse sentido, corrobora Braudel (1978) com a abordagem do tempo histórico, enfocando um tempo breve e um tempo longo que não estão dissociados, um é resultado do outro, ambos fazem a Histórica, o acontecer.

Acreditamos que o método capaz de nos ajudar nessa compreensão de "ler" o espaço através do tempo seria o materialismo. De um lado o materialismo histórico,

caracterizado pela “importância central atribuída à historicidade (dialeticamente concebida) dos fatos sociais e pela disposição em aplicar o momento histórico a si mesma (...)” (LOWY, 1987, p.122). De outro, o materialismo dialético, centrado na dialética, entendida como um método de conhecimento da realidade que considera o mundo em constante movimento e desenvolvimento, em um processo infinito de renovação, perecimento do velho e surgimento do novo.

É a partir desses apontamentos que construímos o item seguinte, na tentativa de contribuir na reflexão do conceito de território, tão caro à Geografia, o qual veio assimilando diferentes abordagens ao longo do tempo, mas também incorporando novas facetas criadas nesse caleidoscópio da sociedade capitalista.

ENTRE TERRITÓRIO E REDES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Algumas disciplinas das ciências humanas, como é o caso da Geografia, possuem alguns conceitos que muitas vezes entram na moda utilizá-los, sem no entanto tomar precaução de defini-los de maneira precisa quanto ao conteúdo, ao sentido e ao uso. O Território é um deles, muitas vezes confundido com o conceito de espaço.

Fischer (1999, p.99), de uma forma bem simples, ajuda nessa diferenciação, “o território é apropriado e utilizado, ele é necessariamente dotado de infra-estruturas, de superestruturas e de equipamentos; o espaço, este, pode ser virgem de todo equipamento”. A partir dessa diferenciação, o território, então, pode ser definido como

um espaço limitado, no qual se exercem *poderes* (controle, organização), inscrevem-se *projetos sociais* (planificação, desenvolvimento, arrançamento), exprimem-se *estratégias de valorização* (exploração dos recursos), confrontam-se os *interesses* mais ou menos conflituais de diferentes atores.

Para Raffestin (1993, p.143), o “território se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Nesse sentido, o território, espaço social, teria uma trama de relações, formas, funções e estruturas com níveis de interações e contradições diversas, resultado de uma dialética das forças políticas, econômicas, geográficas que envelhecem ao longo do tempo, mas que deixam suas marcas.

As interações sócio-territoriais são realizadas através das redes, circuitos e fluxos. A territorialidade é definida por uma rede de relações nas quais a informação é transmitida e reproduzida. Essas redes, circuitos e fluxos cimentam as instituições e relações. O poder, assim, organiza e reorganiza os distintos recortes espaciais, indo assim ao encontro da tese de Raffestin (1993), para quem a implantação das redes estão constantemente transformando o território, sendo elas resultantes de jogos multilaterais e expressão de poder.

Muitos autores discutem que com a globalização e a proliferação de redes de telecomunicação que, por sua vez, facilita o fluir de informações, mercadorias, capitais, pessoas, sobressairia um mundo em rede ou uma sociedade em rede como a denomina Manuel Castells. Assim, o território passaria a ter um caráter móvel, um caráter desenraizado, que teria, às mãos das grandes corporações, um poder decisório superior ao dos Estados Nações.

Com todo esse deslumbramento ante o meio-técnico-científico e informacional, chegou-se a acreditar que os territórios estariam sendo destruídos juntamente com

as identidades culturais e com o controle dos territórios, porém, em outros momentos, soam também afirmações reducionistas como a de Paul Virilio sobre a negação do espaço e a de Francis Fukuyama sobre o fim da história.

É diante dessas reflexões que Haesbaert (2002), um dos geógrafos contemporâneos que em muito tem contribuído para o debate sobre o conceito de território, alerta para a necessidade de reavaliar alguns conceitos da Geografia, a exemplo do território, principalmente num momento em que prolifera a utilização de outros conceitos que colocam um em embate com outro, como o conceito de rede. Conceitos, muitas vezes utilizados sem sustentabilidade teórica, dado a polissemia dos mesmos, e assim banalizando-os.

É óbvio que o território não deve ser trabalhado apenas no sentido clássico, o qual fundamentou e legitimou o território dos Estados-Nação por longa data, hoje ele recebe novas conotações e são redefinidos levando em consideração as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais postas desde o fim de século XX. As fronteiras hoje são mais flexíveis, fruto de uma lógica que imprime ao espaço um caráter de intensos fluxos. O lugar como espaço de fronteiras bem demarcadas cede a vez a um lugar de conexões.

Uma afirmação desse nível, que nega conceitos históricos que balizam as várias interpretações para conhecimento da realidade, deve, antes, lembrar que todo conceito, embora tenha uma validade temporal, não se extingue, mas ganha novas formas e conteúdos nas análises.

Temos que atentar para o fato de que a sociedade contemporânea vem sendo alvo de constantes mudanças, influenciadas, principalmente, por essa nova fase do capitalismo, de acumulação flexível ou pós-fordista como denomina Harvey (1992).

Assim, buscando recursos analíticos que contemplem/respaldem o entendimento deste período é que sobressaem as noções de territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades, trabalhadas principalmente por Ianni (1992), Andrade (1994), Neves (1994), Santos (1996) e Haesbaert (1995 e 1997) entre outros.

O balizamento dessas noções vem de Raffestin, a quem se credencia a difusão do debate e a análise do processo denominado T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização), derivados do conceito de território e auxiliarem na interpretação das mudanças ocorridos no mesmo.

Faz-se necessário compreender esse momento em que até as noções de tempo e espaço se alteram em virtude da agilidade das informações, pessoas, capitais, etc, imposta por esse avanço técnico-científico-informacional o qual vivemos hoje, como Harvey (1992) apregoa e denomina de "compressão do tempo e do espaço".

Diante disso, o entendimento desse momento requer voltar-se a alguns conceitos básicos da Geografia, pensamos no território por ser o *locus* onde se manifesta e se concretiza todas essas mudanças.

O território, enquanto conceito primordial para a Geografia, vem sendo alvo de inúmeros debates desde os primeiros passos da Geografia quando Ratzel e Reclus o trouxeram para discussão sempre na perspectiva de encará-lo como *locus* de manifestação de poder seja do Estado como defendia Ratzel, ou das classes sociais colocadas por Reclus.

A partir dessa noção inicial trazida por esses dois geógrafos, não tardou para esse conceito ser instrumento de análise de inúmeros estudiosos ao longo do tempo, os quais foram aperfeiçoando-o ou adequando-o à realidade de cada momento, quando não, criando derivados, como os três acima mencionados, que respaldam a compreensão desse momento tão complexo de entendimento. Tendo em vista que agora não temos apenas o Estado ou as classes sociais como elementos que manifestavam seu

poder em dado território, agora, os grandes grupos de capitalistas privados são importantes agentes desse *locus*, sobrepondo até mesmo ao Estado, que neste momento em que o neoliberalismo se pulveriza por todo o globo vê seu poder esfalçar em detrimento à esses grupos que impõem remodelações na organização espacial.

É a partir dessa ação, de mudanças e de espoliação, que a territorialidade, entendida aqui como o enraizamento de indivíduos a um lugar, se vê comprometida. No Brasil esse fato pode ser exemplificado em duas situações.

Numa primeira, quando em meados do século XX o governo implementou o Programa Marcha para o Oeste, na tentativa de ocupar esta porção do território brasileiro até então vazia, resultado da concentração populacional do país na faixa litorânea, decorrente principalmente da estratégia de ocupação do Brasil colônia. Ocupar essa porção meio-oeste do território era necessidade, visto outras riquezas que poderiam ser exploradas, sem esquecer que, precisava-se marcar presença e ocupar o território para evitar o despertar de interesse de posse a outros países, e ainda, existia o interesse de ampliar a ocupação do território pelo fato disso requerer a abertura de novas estradas, vindo ao encontro das necessidades da recém instalada indústria automobilista no país.

Numa segunda, quando se acentua a remoção de inúmeras populações ribeirinhas que tiveram que deixar seu local de morada, sua história de vida, para dar lugar aos grandes lagos das inúmeras usinas hidrelétricas implantadas no país, a partir da década de 1970.

Tais implicações, ao mesmo tempo em que abolia com laços de enraizamento, de sentimento, dava uma conotação de nova integração a um novo território, que dialeticamente provoca a desterritorialidade àqueles que se sentem violados de seus direitos, de seus laços com o território, a constância nesse momento é a mobilidade.

Santos (1996) trata dessa mobilidade como regra desse momento, para ele não só os homens, mas os produtos, mercadorias, idéias, imagens, capitais mudam de lugar, e isso pode significar desculturização, estranhamento. Inserem-se como exemplos clássicos nesse caso os posseiros e indígenas que, diante o episódio da Marcha Para o Oeste, viram-se violados diante da brusca mudança no/do local de vivência, a terra agora era tratada como mercadoria, perdia assim seu valor de uso, nesse sentido, Haesbaert (1995) trabalha com a formação dos "aglomerados de exclusão".

Essa desterritorialidade se manifesta em múltiplas faces sejam elas políticas, econômicas ou culturais, acentuando em momentos de crise, desempregos, instabilidade, e, ainda, atingindo diferentes escalas indo do global ao local.

Todo esse processo T-D redonda num terceiro, que é a formação das novas territorialidades, que, segundo Andrade (1994), consiste em novas formas de uso/domínio do território e Neves (1994) diz ser formas criadas sob os escombros das desterritorialidades. Essas novas territorialidades estão concretizadas sob várias formas, algumas delas um tanto visível no espaço brasileiro, como: a economia informal, os acampamentos dos sem terra, as favelas, os migrantes, etc.

São essas formas, esses "aglomerados de exclusão" que ao lado de outras, que estão em constante formação/construção, clamam por uma resposta às suas necessidades. Assim, cabe repensar o projeto nacional em que o Estado não esteja a serviço do grande capital como delinea o neoliberalismo, mas sim, agindo sobre fragmentos da sociedade, e essa ação, para que se efetive, requer equilíbrio das forças nacionais, regionais e locais.

O projeto de globalização que é o estágio supremo da internacionalização, como denominam alguns autores, vem carregado de uma enorme quantidade de

sombras, na medida em que a globalização realiza a violência da moeda por intermédio da violência da informação.

Embora a escala global tente impor uma racionalidade a todos lugares, é na escala local, no espaço banal que as ações acontecem, onde se dá o pleno exercício da cidadania, local que sedia homens, empresas e capital. É este local de pleno exercício, a garantia da mudança.

Assim, fica claro que vários processos acontecem simultaneamente no território, tornando-o cada vez mais complexo de entendimento. A economia se multilocaliza, ameniza as distâncias, as fronteiras políticas parecem-se dissolver dando-nos a impressão que ocorre um desenraizamento das pessoas, dos lugares. Mas, paradoxalmente, o que ocorre são retomadas dos bairrismos, regionalismos ou nacionalismos, e as ocorrências veiculadas pela mídia quanto ao Leste Europeu podem ilustrar esse processo.

Haesbaert (2002, p. 132) convalida essa discussão ao dizer que o processo da globalização é muito mais complicado do que se apresenta, e que

Aqueles que acreditam no fim dos territórios geralmente propõem que em seu lugar estão emergindo as redes, muito mais dinâmicas, móveis, fluídas [...]. esquecem que a rede pode ser vista tanto como um elemento fundamental constituinte do território, como pode até mesmo confundir-se com ele, como é a noção defendida por Veltz (1996), Souza (1995) e Haesbaert (1994). Além disso, a estrutura social em rede pode atuar tanto como um elemento fortalecedor do território [...] quanto um componente fundamental na promoção da desterritorialização.

Diante disso é que o referido autor afirma que a desterritorialização implica uma reterritorialização, revelando assim que a "relação entre território e rede é indissociável e permanente".

Segundo Lima (1998, p.39-40), a partir de sua leitura em Brunet, desde meados da década de 1990, é corrente na França se afirmar que a Geografia é uma ciência dos territórios e das redes, "pois o território é formado por lugares diferenciados, ligados por redes; ele é um produto da vida social e a geografia estuda a organização do espaço como produto social".

Essa afirmação nos remete a uma reflexão de Lima (2000), a qual diz que o "território é formado e composto por uma interminável quantidade e qualidade de lugares [...] [e] As redes não criaram a homogeneização dos tempos devido cada lugar possuir uma relação tempo/espaço [...] devido os territórios serem uma união de lugares ímpares".

O território pode se afirmar ou ter condição para sua constituição a partir da densificação crescente das redes que o atravessam, nesse sentido, as redes se interligam, ontologicamente, como também chama atenção Lima (1998), à idéia de território, dando-lhe configuração e grafando suas marcas, a historicidade dessas malhas é fruto de um acontecer temporal e espacial, é fruto de um tempo de coexistências.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et al (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 213-220.
- BAILLY, Antoine S. La chronogéographie. In: **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Masson, 1991, p.169-72
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. A longa duração, escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.07-39
- BRUNET, R. FERRAS, R., THERY, H. Les mots de la géographie. In: **Dictionnaire Critique**. Montpellier: Reclus, 1997.
- CARTER, Harold. **An introduction to urban historical geography**. London: E. Arnold, 1987
- CLAVAL, Paul. The historical dimension of french geography. **Journal of Historical Geography**, v.10, n.3, p.229-45, 1984.
- DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo: Difel, 1973.
- FISCHER, André. Os territórios depois da ANPEGE – 1997. In: **Formação**. Presidente Prudente, n.6, p.99-102, 1999.
- GEORGE, Pierre. **Sociologie et Géographie**. Paris: PUF, 1966.
- GRATALOUP, Christian. Temps partiels. **Espaces temps**, v.59-60-61, p.167-75, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al (Org.) **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.165-206.
- _____. **Desterritorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. **Territórios alternativos**. Rio de Janeiro/São Paulo: Eduff/Contexto, 2002, p.117-142.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 2ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. **Explanation in Geography**. s/l: s/e, 1969.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992
- LACOSTE, Yves. La géographie. In: CHÂTELET, F (dir). **La philosophie des sciences sociales**. Paris: Hachette, 1973, p.242-302
- LIMA, Ivaldo. G. Redes políticas na interface das redes urbanas. **Experimental**. São Paulo, n.4/5, p.39-43, set.1998.
- LIMA, Dario de A. A gênese do diálogo e a questão das redes. In: Souza, A. J. de; Souza, E. B. C. de; Magnoni Jr., L. (Org.) **Paisagem – Território Região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000
- LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- NEVES, Gervásio R. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton et al (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 270-282.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. Géographie et histoire. In: BAILLY, A., FERRAS, R., PUMANS, D. (Dir.) **Encyclopédie de Géographie**. Genève: Economica, 1993, p.91-105

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

ROGERS, Alisdair. Key themes and debate. In: ROGERS, R., VILES, H. GOUDIE A. (Ed.) **The student's companion to geography**. Oxford: Blackwell, 1994, p.233-52.

SAQUET, Marcos A. O tempo, o espaço e o território. In: Souza, A. J. de; Souza, E. B. C. de; Magnoni Jr., L. (Org.) **Paisagem – Território Região: em busca da identidade**. Cascavel: Edunioeste, 2000, p.103-114.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978

_____. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1997

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS, Pedro de A. Como estudar a cidade na longa duração: a noção do tempo na Geografia. **Formação**. Presidente Prudente, n.6, p.75-90, 1999.

Recebido em maio de 2005

Aceito em maio de 2005